JORNAL: Vale do Aço
Registro: 016067
Publicação:
Data: 11/12/2010
Caderno:
Pagina:
Catalogado:

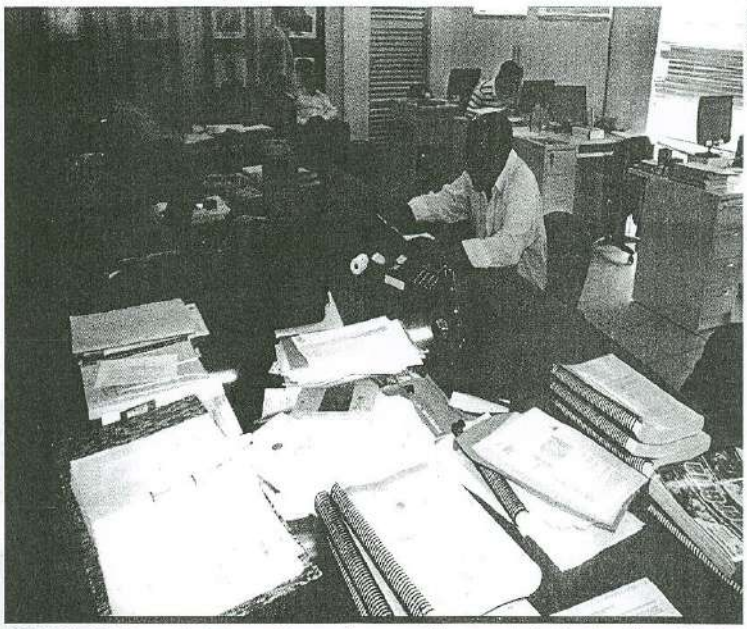
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 07 / 12 /10
GERÊNCIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS
Câmara Municipal de Ipatinga

CPI dos Kits divulga resultado da oitiva feita em São Paulo

DA REDAÇÃO - Na tarde desta sexta-feira (10), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Kits Escolares, responsável por investigar a compra de materiais da Prefeitura Municipal de Ipatinga para distribuição aos alunos da rede pública de ensino, apresentou os resultados da diligência realizada nesta semana na Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda, corporação que vendeu os kits para a PMI. A Comissão foi à sede da empresa em Tietê-SP, para ouvir seus diretores.

Apesar de a Prefeitura ter gasto R$ 2 milhões na aquisição de 24.891 kits, mais de 50% dos estudantes não receberam o material. A CPI constatou que houve contradição entre os depoimentos do secretário de Educação de Ipatinga, Maurício Mayrink, e da diretora Comercial da Acolari, Maria Cristina Blanco. Enquanto o representante municipal declarou que a prefeitura ainda tem mais de 4 mil kits a receber, a diretora da empresa afirmou que todo o material já foi enviado a Ipatinga. "Nós vamos apurar onde está o buraco dessa história. O fato é que a Prefeitura pagou adiantado pelos produtos e até hoje eles não foram totalmente entregues", disse o presidente da Comissão, vereador Sebastião Guedes (PT).

A diligência realizada pelos membros da CPI na Acolari também apurou que a empresa subcontratou a fabricação da maioria dos kits.



LAURTU MARTINS

O PRESIDENTE DA CPI, vereador Guedes, considerou que houve contradição entre os funcionários da Prefeitura e da Acolari

ACOLARI E PESQUISA

Em oitiva realizada quarta-feira (8) na Câmara Municipal de Tietê-SP, a diretora da Acolari informou aos membros da CPI que a empresa encomendou, pagou e entregou uma pesquisa de intenção de votos ao atual prefeito, Robson Gomes (PPS), quando esteve à frente da prefeitura designado por determinação judicial.

Segundo Maria Cristina, os donos da empresa encomendaram a pesquisa tomando como base a necessidade da informação da confirmação ou não do prefeito (que era candidato na eleição extemporânea). "Uma vez que a empresa mantinha relações comerciais com a Prefeitura, envolvendo montantes altos, e, comercialmente falando, tinha interesse em saber se ele seria o próximo prefeito ou não. Saber se poderia continuar confiando ou não no contrato", relatou a diretora, sobre a pesquisa realizada na semana de 7 a 14 de maio deste ano, explicando que ela não foi registrada na justiça eleitoral "porque não tinha nenhum fim eleitoreiro".

INVESTIGAÇÕES SOBRE A EMPRESA

Os componentes da Comissão verificaram que a Acolari não é reconhecida em São Paulo. "Ninguém conhece a empresa por esse nome, mas sim por ACOAM. Pelo que entendemos a Acolari faz parte deste grupo e funciona dentro de suas dependências", ressaltou o presidente da CPI. "Nós pedimos documentos da empresa, como notas fiscais, para esclarecer essa questão", dise Guedes.

Nós próximos dias a Comissão deve ouvir funcionários da Prefeitura.

RESPOSTA DA ACOLARI

Por meio de nota, a empresa afirmou que cumpriu com todos os compromissos assumidos no contrato quanto à qualidade, quantidade, preços dos kits escolares e uniformes escolares adquiridos pela Prefeitura e que todo o material foi entregue conforme o contrato firmado entre as partes.

A empresa esclareceu que é responsável apenas pelo fornecimento dos kits e que cabe à Administração Municipal a distribuição e o controle dos materiais recebidos. E também atestou que está à disposição da CPI e da imprensa para esclarecimentos sobre o caso.

JORNAL: Classivale				Registro: 016068
Publicação:	Data: 18/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 27 / 12 / 10
GEP - ASSESSORIA TÉCNICA
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Câmara Municipal de Ipatinga
Fls.
Comissão Parlamentar de Inquérito

CPI dos Kits escolares aponta que Acolari "doou" pesquisa para Robson Gomes

Os vereadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a compra e distribuição dos kits escolares em escolas de Ipatinga esteve em Tietê (SP) para colher depoimentos de membros da empresa Acolari, no último dia 8. Lá foi revelado pela diretora comercial da empresa, Maria Cristina, que a empresa encomendou, pagou e entregou uma pesquisa de intenção de votos ao atual prefeito, Robson Gomes, quando esteve à frente da prefeitura como prefeito designado por determinação judicial.

De acordo com a diretora, os donos da empresa encomendaram a pesquisa, tomando como base a necessidade da informação da confirmação ou não do prefeito (que era candidato na extemporânea, vindo a ganhar as eleições em maio), "uma vez que a empresa mantinha relações comerciais com a Prefeitura, envolvendo montantes altos, e, comercialmente falando, a empresa tinha interesse em saber se ele seria o próximo prefeito ou não. Saber se poderia continuar confiando ou não no contrato", relatou. Ela explicou que a pesquisa não foi registrada na justiça eleitoral "porque ela não tinha nenhum fim eleitoreiro".

Além de doar a pesquisa, a empresa doou os kits para o lançamento da campanha que ocorreu no Usicultura, aceitou a devolução de 18 mil kits pedagógicos, no valor de quase R$ 2 milhões, após a criação da CPI, e ainda doou R$ 85 mil em cadernos. Maria Cristina disse que, por um erro da Prefeitura, foram feitos 43 mil kits, embora o município só tenha registrado pouco mais de 21 mil alunos.

Depoimentos deixaram algumas questões sem respostas, de acordo com os vereadores

Blanco disse ainda que as dificuldades se deram em virtude do não planejamento da Secretaria de Educação, "que demorou a entregar os dados relativos aos tamanhos para a confecção dos itens dos kits". Os técnicos da CPI protocolaram um ofício na Acolari pedindo cópia de vários documentos que podem ajudar a esclarecer perguntas que ficaram sem respostas.

JORNAL: Diário Popular				Registro: 016069
Publicação:	Data: 18/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

Câmara Municipal de Ipatinga - Comissão Parlamentar de Inquérito

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 27 / 12 / 10
Ana Paula
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

CPI

Ex-secretária de Educação será ouvida nesta segunda

IPATINGA - Servidores da Prefeitura foram ouvidos na manhã desta sexta-feira (17/12) pelos vereadores integrantes da CPI do Kit Escolar. A Comissão Parlamentar de Inquérito investiga possíveis irregularidades na aquisição dos materiais escolares entre o município e a Empresa Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda.

Na oitiva desta sexta, os parlamentares questionaram os procedimentos tomados pelos servidores na emissão das notas fiscais que comprovam o recebimento dos Kits Escolares.

Os vereadores constataram que houve omissão por parte dos servidores em seguir os procedimentos necessários na entrega dos materiais.

"Não houve a preocupação e o cuidado em verificar se o material escolar recebido correspondia ao que consta nas notas fiscais. As pessoas assinavam as notas sem saber o que estavam assinando e sem ao menos checar os kits escolares", disse o presidente da CPI, vereador Sebastião Guedes.

Grande parte desses servidores está lotada na Secretaria de Educação, pasta comandada pela então secretária Célia Pedrosa, que será ouvida pela CPI na segunda-feira (20/12), às 9h, juntamente com o atual secretário de administração Osmar Andrade.

JORNAL: Vale do Aço				Registro:
Publicação:	Data: 21/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

016071

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 27 / 12 / 10
GERENTE DE ATIVIDADES PUBLICAS

Ex-secretária de Educação é ouvida pela CPI dos Kits

IPATINGA - A ex-secretária de Educação Célia Pedrosa foi submetida a uma bateria de perguntas, na manhã desta segunda-feira (20), na Câmara Municipal. Ao ser questionada sobre o processo da compra dos Kits Escolares para a rede municipal de ensino, dentro da CPI que investiga possíveis irregularidades na aquisição dos materiais feita junto à empresa Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda, Célia disse desconhecer pontos básicos da transação que envolveu a pasta que dirigia.

Foram quase R$ 10 milhões gastos pela Secretaria de Educação ao longo deste ano. Segundo a CPI, a ex-secretária não soube responder o motivo do pagamento antecipado, quando os materiais ainda não haviam sido entregues pela empresa Acolari.

Também não soube dizer o porquê de os itens terem sido entregues separadamente, ao contrário do que era exigido no contrato entre o município e a Acolari, que dizia que todos os materiais deveriam ser fornecidos de uma só vez.

A CPI afirmou ainda que Célia também foi evasiva ao ser questionada sobre a qualidade dos itens do Kit. E não esclareceu os motivos da aquisição de 43 mil Kits Pedagógicos, número duas vezes superior ao total de estudantes na rede.

"As amostras [dos Kits Escolares] apresentadas a mim eram de excelente qualidade. Sobre as compras em excesso, eu assumo o erro. A secretaria tomou todas as providências para corrigir o erro", disse ela, sem especificar quais.

O presidente da CPI, vereador Sebastião Guedes (PT), quis saber por que o contrato entre o município e a Acolari não foi suspenso, já que diversas obrigações da empresa fornecedora dos Kits não teriam sido cumpridas. A ex-secretária atribuiu parte das responsabilidades da compra dos Kits à Secretaria de Administração, sob o comando Osmar de Andrade.

Logo em seguida, o próprio secretário Osmar de Andrade foi ouvido, mas limitou-se a dar respostas como "não sei", "não tenho conhecimento" ou "tenho que checar nos autos". Diante da pergunta se houve pesquisa de preços entre as empresas do Vale do Aço, ele se esquivou. E também não soube dizer por que nenhuma empresa mineira foi consultada. A empresa Acolari tem sede em Tietê, interior paulista. Osmar não soube ainda apontar quais servidores de sua secretaria eram responsáveis em intermediar o processo entre o município e a Acolari.

Sobre suspeita de superfaturamento em alguns itens, tal como o tênis, pago pelo município a R$ 60 a unidade, quando o valor de mercado é estipulado em R$ 19, o secretário mostrou desconhecimento.

Para Sebastião Guedes, a omissão nas respostas da ex-secretária de Educação e do secretário de Administração comprova que há problemas no processo.

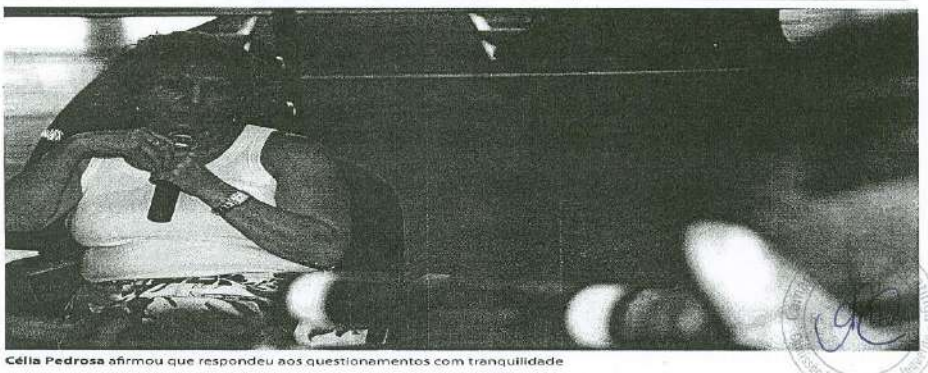
Agora a CPI ouvirá quatro testemunhas de empresas subcontratadas pela Acolari. Os servidores da Prefeitura envolvidos com o processo de licitação dos Kits Escolares também serão questionados pelos vereadores membros da Comissão. Para finalizar, está prevista ainda a convocação do prefeito Robson Gomes. A data ainda não está definida.

A CPI dos Kits Escolares é composta pelos vereadores Adelson Fernandes (PSB) e Nilson Lucas Nilsinho (PMDB), além de Sebastião Guedes, que preside a Comissão.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CÉLIA PEDROSA passou por oitiva na manhã desta segunda-feira; logo após, o atual secretário de Administração foi questionado pelos vereadores da CPI

JORNAL: Diário Popular				Registro: 016072
Publicação:	Data: 21/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:



Célia Pedrosa afirmou que respondeu aos questionamentos com tranquilidade

CPI DOS KITS

EX-SECRETÁRIA É OUVIDA

IPATINGA - Após quase quatro horas de depoimentos, a ex-secretária de Educação, Célia Pedrosa, e o atual secretário de Administração, Osmar Andrade, reafirmaram que não houve ilegalidade na compra dos kits escolares e que os equipamentos distribuídos gratuitamente na rede serviram para melhorar a qualidade do ensino de Ipatinga. Célia e Osmar responderam nesta segunda-feira (20), na Câmara Municipal, perguntas a cerca de temas como o número de kits adquiridos pela Prefeitura em relação ao número de estudantes da rede municipal, a questão da avaliação e da qualidade dos materiais que compõem o kit, quanto ao processo de compra e distribuição dos kits, entre outros questionamentos.

No entendimento da ex-secretária de Educação, Célia Pedrosa, "de fato é papel da Câmara Municipal apurar os fatos, assim como é papel dos gestores públicos prestarem depoimentos e satisfações acerca da aquisição e distribuição dos kits". "Foi com muita tranquilidade que respondi aos questionamentos feitos a mim perante a Comissão de vereadores. A aquisição dos kits escolares foi uma das ações da Prefeitura que muito colaborou e enriqueceu o processo educativo. Deu às crianças uniformes, materiais, e a condição de frequentar a escola de maneira humanizada. Foi uma ação que veio culminar todo um processo de qualificação da Educação", declarou a ex-secretária.

INSATISFATÓRIAS

Na visão da CPI, Célia Pedrosa não respondeu a todos questionamentos e mostrou "pouca intimidade com a pasta que ocupou". Para a comissão, a ex-secretária não soube responder o motivo do pagamento antecipado, quando os materiais ainda não haviam sido entregues pela empresa Acolari, nem ao menos soube dizer por quê os itens foram entregues individualmente, ao contrário do que era exigido no contrato entre o município e a Acolari, que dizia que todos os materiais deveriam ser fornecidos de uma só vez. Ela também não soube esclarecer os motivos da aquisição de 43 mil Kits Pedagógicos, número duas vezes superior ao total de estudantes na rede municipal de ensino.

"As amostras [dos Kits Escolares] apresentadas a mim eram de excelente qualidade. Sobre as compras em excesso, eu assumo o erro. A secretaria tomou todas as providências para corrigir o erro", disse ela.

O presidente da CPI, vereador Sebastião Guedes (PT), quis saber por que o contrato entre o município e a Acolari não foi suspenso, já que diversas obrigações da empresa fornecedora dos Kits não haviam sido cumpridas.

A ex-secretária atribuiu parte das responsabilidades da compra dos Kits à secretaria de administração, sob o comando de Osmar de Andrade.

Logo em seguida, o próprio secretário Osmar de Andrade foi ouvido pela CPI dos Kits Escolares. Resumindo-se em dar respostas como "não sei", "não tenho conhecimento" ou "tenho que checar nos autos", o secretário não soube afirmar se houve pesquisa de preços entre as empresas do Vale do Aço. Ele também não soube dizer por que nenhuma empresa mineira foi consultada. A empresa Acolari tem sede em Tietê, interior paulista.

Segundo a Prefeitura, o secretário de Administração Osmar Andrade respondeu a todas as perguntas da competência de sua secretaria e acredita ter contribuído de alguma maneira para o esclarecimento dos questionamentos a ele direcionados. "Algumas perguntas foram de grande valia, já que permitiram demonstrar a legalidade no processo de compra perante alguns aspectos direcionados à Secretaria de Administração", avaliou o secretário.

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 27 / 12 / 10
GERÊNCIA DE PROCESSOS LEGISLATIVOS
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

JORNAL: Classivale				Registro: 016073
Publicação:	Data: 25 a 31/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 18 / 01 / 11
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

CPI dos kits escolares aponta assinaturas irregulares de notas

Nas últimas oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara de Ipatinga, que investiga irregularidades na aquisição dos materiais escolares entre o município e a Empresa Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda, ouviu servidores e a ex-secretária de Educação Célia Pedrosa e o atual secretário de Administração Osmar Andrade. Aos servidores os parlamentares questionaram os procedimentos tomados por eles na emissão das notas fiscais que comprovam o recebimento dos Kits Escolares. Os vereadores constataram que houve omissão por parte dos servidores em seguir os procedimentos necessários na entrega dos materiais.

"Não houve a preocupação e o cuidado em verificar se o material escolar recebido correspondia ao que consta nas notas fiscais. As pessoas assinavam as notas sem saber o que estavam assinando e sem ao menos checar os kits escolares", disse o presidente da CPI, vereador Sebastião Guedes.

Grande parte desses servidores está lotada na Secretaria de Educação, pasta que era comandada pela então secretária Célia Pedrosa, que foi ouvida na segunda-feira (20) juntamente com o atual secretário de administração Osmar Andrade. Em um longo depoimento, a ex-secretária de Educação, Célia Pedrosa, e o atual secretário de Administração, Osmar Andrade, reafirmaram que não houve ilegalidade na compra dos kits escolares e que os equipamentos distribuídos gratuitamente na rede serviram para melhorar a qualidade do ensino de Ipatinga. Para os integrantes da CPI, Célia Pedrosa não respondeu a todos questionamentos, como o motivo do pagamento antecipado, quando os materiais ainda não haviam sido entregues pela empresa Acolari e porquê os itens foram entregues individualmente. Célia também não respondeu o motivo da compra de 43 mil kits pedagógicos, que corresponde ao dobro de estudantes na rede municipal de ensino.

Fotos: Divulgação

Para parlamentares, Célia se mostrou insegura durante o depoimento

Câmara Municipal de Ipatinga
Comissão Parlamentar de Inquérito

JORNAL: Vale do Aço				Registro: 016074
Publicação:	Data: 29/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

Câmara Municipal de Ipatinga
Fls.
Gerência Parlamentar & Secretaria

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 13 / 01 / 11
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

CPI do Kit Escolar: empresa investigada ainda não entregou documentos fiscais

IPATINGA - A Comissão Parlamentar Inquérito (CPI) do Kit Escolar, que investiga as supostas irregularidades cometidas pela Prefeitura de Ipatinga na compra de materiais escolares, esteve em São Paulo no início deste mês em oitiva na Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda, empresa paulista que vendeu os Kits para a Administração Municipal. Durante a inspeção à empresa, os membros da CPI requisitaram documentos fiscais para investigar a venda feita à PMI. Mas até hoje a Acolari não entregou os documentos exigidos e ainda pediu um prazo de 30 dias para cumprir a exigência, segundo a Comissão.

De acordo com o presidente da Comissão, Sebastião Guedes (PT), a empresa se comprometeu a entregar rapidamente os documentos exigidos. "Quando nós estivemos em São Paulo os diretores da empresa afirmaram que as notas fiscais, documentos de fornecedores, dados da contabilidade, endereços de empresas e pessoas ligadas à empresa, e demais documentos, seriam encaminhados no dia seguinte. Eles não cumpriram com a promessa e o prazo venceu no último dia 15. E para nossa surpresa, além de não terem cumprido as datas estabelecidas, ainda pediram um prazo de 30 dias para enviar os documentos", declarou.

Apesar do pedido, os componentes da CPI afirmaram que não darão um prazo maior à Acolari. "Agora eles têm um prazo até o dia 3 de janeiro. Se não enviarem os materiais nós vamos entrar com um pedido de busca e apreensão na empresa", ressaltou o assessor técnico da CPI, advogado Adalton Cunha.

OUTRAS INVESTIGAÇÕES

A empresa J. Coan, grupo ao qual pertence a Acolari, está sendo investigada pelos Ministérios Públicos de São Paulo e Minas Gerais por sonegação fiscal. O possível esquema de desvio de verba envolve 30 prefeituras paulistas e mineiras, e o valor da propina paga por empresas a agentes públicos pode atingir R$ 300 milhões anuais.

A J. Coan, fornecedora de alimentos, materiais escolares, uniformes para presidiários, entre diversos outros materiais, está sendo investigada pelos crimes de formação de cartel, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública. "Saber que a empresa está envolvida em fraudes fiscais preocupa bastante o Legislativo. Todos nós sabemos das dificuldades de entrega dos materiais em Ipatinga. Vamos continuar nosso trabalho, afinal o dinheiro gasto com o kit escolar é da população, e ela terá uma resposta", falou Guedes. "Nós já detectamos as falhas e estamos identificando os responsáveis. Assim que o trabalho for concluído, iremos qualificar as irregularidades e indiciar os culpados", finalizou.

ACOLARI TERIA FORNECIDO TELEFONE ERRADO À CPI

O ofício enviado pela Acolari à Comissão, com o pedido de extensão do prazo, possui o número de telefone da empresa. Mas quando a Assessoria da Câmara e os membros da CPI tentaram contato por meio deste número, descobriram que se tratava, na verdade, do telefone de uma oficina mecânica de São Paulo, a "Jacaré Pneus". "O funcionário que atendeu nunca tinha ouvido falar da Acolari. Como podemos confiar numa empresa que oferece dados falsos?", questionou Guedes.

Em outra tentativa de contato, uma funcionária da mecânica paulista forneceu o possível telefone da Acolari, mas o número em questão não atende a nenhum chamado. Por meio de sua assessoria, a empresa informou que requisitou o prazo de 30 dias porque o pedido da Comissão não estipulava limite. A empresa também esclareceu que a falta de contato pelo telefone se deve às férias coletivas dos funcionários.

JORNAL: Diário Popular				Registro: 016075
Publicação:	Data: 30/12/2010	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

KITS ESCOLARES

CPI pode pedir busca e apreensão na Acolari

IPATINGA - Caso a empresa Acolari Indústria e Comércio, investigada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades na aquisição dos Kits Escolares, não entregue os documentos solicitados até a próxima segunda-feira (3), a comissão vai acionar o Judiciário com um pedido de busca a apreensão para conseguir as informações solicitadas.

O pedido formal da documentação foi feito em 9 de dezembro, quando a equipe da CPI promoveu oitivas com funcionários da Acolari na cidade de Tietê (SP).

A comissão negou o pedido feito pela empresa de vestuário de estender por 30 dias o prazo de entrega de documentos referentes ao contrato firmado com a Prefeitura Municipal.

Para o advogado Adalton Cunha, responsável juridicamente pela CPI dos Kits, o pedido não se sustenta. "Quando estivemos na sede da empresa para ouvir as pessoas envolvidas no processo, a informação foi de que todos esses documentos seriam repassados imediatamente. Agora, eles alegam que não podem enviá-los, pois estão sem tempo. Não aceitamos o pedido e demos o prazo de cinco dias para a entrega de todos os documentos que foram requeridos", destacou o advogado. A justificava da demora foi as férias coletivas dadas pela empresa a seus funcionários.

Para o presidente da CPI, vereador Sebastião Guedes (PT), a Acolari tenta protelar as investigações. "Nós não entendemos o motivo de se pedir 30 dias para nos apresentar notas e documentos relacionados ao contrato firmado com a PMI. Exigimos que essa documentação seja encaminhada o mais rápido possível e dentro do prazo estabelecido", pontuou Guedes.

TELEFONE FALSO

O parlamentar criticou ainda o fato do telefone apresentado no ofício encaminhado pela Acolari ser falso. "Nós ligamos para o telefone que consta no rodapé do ofício que eles nos encaminharam e caiu num estabelecimento chamado Jacaré Pneus. Perguntamos para a pessoa que atendeu e ela informou que nunca ouviu falar em Acolari. Como vamos confiar em uma empresa que não apresenta nem mesmo o contato verdadeiro?", questiona Guedes.

Em caso de descumprimento ou não atendimento à requisição da CPI, a obtenção dos documentos será feita por meio de busca e apreensão judicial, cumprida por oficial de justiça.

Guedes disse ainda que a Acolari é integrante do grupo de empresas Geraldo J. Coan & Ltda, acusada pelo Ministério Público de São Paulo de cometer crimes contra a administração pública, formação de cartel e lavagem de dinheiro.

O grupo presta serviços no ramo de vestuário e alimentício para diversas prefeituras paulistas, incluindo da capital. As denúncias foram divulgadas por vários jornais de São Paulo.

Sebastião Guedes afirmou que se a Acolari não cumprir prazo para enviar documento, vai acionar a Justiça

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA ___/___/___
GERENCIA DE INFORMAÇÕES TECNICAS CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Câmara Municipal de Ipatinga - Gerência Parlamentar e Legislativa

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 18 / 01 / 11
GERENCIA DE INFORMAÇÕES TECNICAS CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

JORNAL: Vale do Aço				Registro: 016076
Publicação:	Data: 06/01/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

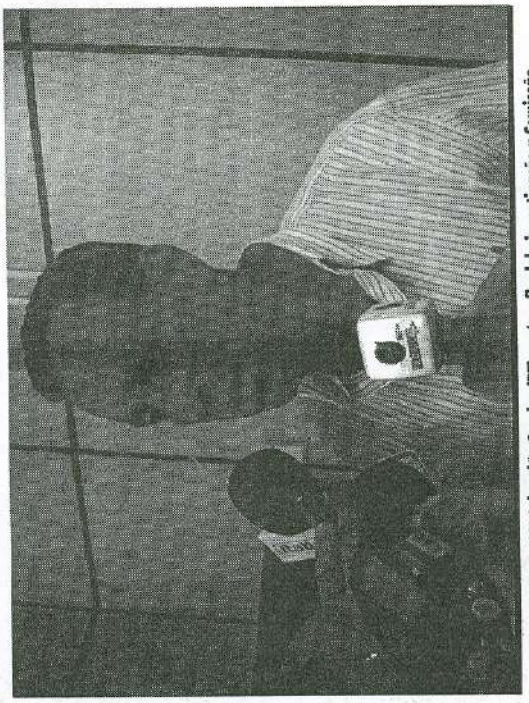
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 18 / 01 / 11

CPI conclui que kits tiveram ágio de até 341% em venda à prefeitura

VINÍCIUS FERREIRA

IPATINGA - A "CPI dos Kits Escolares" teve seu primeiro capítulo em 2011 nesta quarta-feira (05), e parece estar perto de um final. O vereador Sebastião Guedes (PT), presidente da Comissão que apura denúncias de supostas irregularidades do contrato firmado entre a Prefeitura e a empresa Acolari Indústria e Comércio de Vestuário Ltda, anunciou que a empresa entregou, na última segunda-feira (03), os documentos requisitados nos dias 2 e 7 de dezembro do ano passado, sendo que a última data coincide com a visita da comissão à sede da empresa, em São Paulo. Porém, quatro dos 20 documentos requisitados não estavam incluídos. A empresa associou o atraso às férias coletivas dos funcionários e argumentou que o restante do material será entregue na próxima segunda (10).

De acordo com Sebastião Guedes, a empresa havia informado à comissão que a entrega dos documentos seria quase que imediata, que eles só necessitariam ser desarquivados. Porém, após um mês de atraso e um pedido da CPI de busca e apreensão judicial, os documentos foram enviados à CMI. A CPI entende que há confirmação de fraude nos processos de compra do material. "Dentro da documentação apresentada pela empresa se encontram notas fiscais de outros fornecedores. Isto mostra que a Prefeitura de Ipatinga comprou os kits da Acolari, e a empresa veio comprar o material em Belo Horizonte e também em São Bernardo do Campo (SP) e repassou o material para Ipatinga. Com a análise das notas fiscais que recebemos, podemos verificar que houve um superfaturamento na compra dos kits. Para se ter uma ideia, o kit 2, que custou para a Acolari R$ 37,16, foi repassado para a PMI a R$ 126,63, com um ágio de 341%. O kit 3, que custou R$ 35,76, foi vendido para a prefeitura a R$ 98,10, com 274% de superfaturamento. O kit 4, custou para a Acolari R$ 42,47 e foi revendido por R$ 119,93, um valor 281% maior. Já o kit 5, que custou R$ 18 para a Acolari foi vendido a R$ 47,69, um ágio de 261%", informou o presidente da CPI.



DE ACORDO COM Sebastião Guedes (PT), após o final da investigação a Comissão entregará com ação popular pedindo o ressarcimento dos R$ 9 milhões que foram gastos

PREGÃO E CARTEL

Segundo Guedes, a PMI poderia ter comprado o material diretamente dos fornecedores, eliminando a participação da Acolari no processo. Ele revelou também que a situação tem indícios de formação de cartel. "A prefeitura poderia ter feito uma licitação por lotes e comprado o material pelo preço que a Acolari comprou. Não precisava ter pego esta carona no pregão de Santa Luzia, que, através da documentação que temos na casa já comprovamos que foi um pregão fraudado. A ampla pesquisa de preço que deve ser feita para verificar se era conveniente para o município do ponto de vista econômico não foi feita. Outro fato que observamos na documentação é que as mesmas empresas que concorreram com a Acolari no pregão de Santa Luzia são as fornecedoras e fabricantes do material que foi vendido para a Acolari, o que é um indício de formação de cartel", revelou.

O presidente da CPI informou ainda que restam poucas pessoas para serem ouvidas, sendo três de Belo Horizonte, relacionadas com as empresas que forneceram o material para a Acolari e o prefeito Robson Gomes (PPS). Ele afirmou também que, após o final da investigação, a Comissão entrará com uma ação popular pedindo o ressarcimento dos R$ 9 milhões que foram gastos.

DEVOLUÇÃO DE KITS

Outro assunto comentado pelo presidente da Comissão foi a suposta devolução dos Kits, que teria acontecido após o início da CPI, mas que não foi provada ainda. "A Acolari informou que o material foi enviado para Ipatinga no dia 26 de Abril para Ipatinga, e retornou no mesmo caminhão no dia 27. São 18.300 kits escolares, cada um com, em média, 4 kg. Seria algo superior a 70 mil quilos. Todas as pessoas que ouvimos informaram que os caminhões que entregaram o material tinham pouco mais de 6 metros de comprimento. Nem um bi-trem seria capaz de carregar esta quantidade de material. Eles ainda não conseguiram comprovar que houve esta devolução".

JORNAL: Diário Popular | Registro: | Publicação: | Data: 06/01/2011 | Caderno: | Pagina: | Catalogado:

016077
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 18 / 01 / 11

KITS ESCOLARES

CPI analisa documentos entregues pela Acolari

Técnicos do Legislativo apontam novas constatações de superfaturamento, desta vez nos kits pedagógicos

IPATINGA – Após a ameaça de busca e apreensão feita pela equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Kits Escolares, a Acolari Indústria e Comércio enviou na última segunda-feira (3) os documentos solicitados pela equipe da Câmara Municipal de Ipatinga.

Contudo, Sebastião Guedes (PT), presidente da comissão, informou que faltam ser entregues alguns importantes documentos, como os comprovantes de transportes dos materiais entregues pela empresa e fornecedores em Ipatinga.

Guedes disse ainda que um novo pedido dos documentos faltantes foi feito à empresa de vestuário na segunda-feira (3), com um prazo de 10 dias. Caso, não seja cumprido a CPI não descarta a possibilidade de acionar a Justiça para uma busca e apreensão.

A CPI solicitou as notas fiscais dos fornecedores dos suprimentos do kit pedagógico e de vestuários adquiridos pela Acolari. Foi constatado pelos documentos que todos os itens fornecidos à Administração Municipal foram adquiridos de terceiros.

"Os documentos atestam que nada foi fabricado pela Acolari. E ainda que a empresa comprou alguns itens do kit de outra empresa que participou juntamente com ela da licitação em Santa Luzia", comentou Guedes.

O vereador Guedes, que preside a CPI, falou à imprensa na tarde de ontem sobre os trabalhos da comissão

Durante depoimento colhido no mês passado, em oitivas realizadas em São Paulo, funcionários da Acolari admitiram que a empresa não possui nem mesmo uma costureira na sua folha de pessoal.

SUPERFATURAMENTO

Uma análise feita pelos técnicos do Legislativo apontou que em todos os kits pedagógicos houve superfaturamento de mais de 250%. Os itens do Kit 2, direcionados para os alunos da 1ª a 3ª séries, custaram R$ 37,19 à Acolari, mas a Administração Municipal pagou por eles R$ 126,63 no preço unitário. O acréscimo foi de 341%, o maior registrado entre os cinco kits.

O Kit 3, feito para os estudantes de 4ª a 5ª séries, foi vendido por R$ 35,76 pelos fornecedores da Acolari. Contudo, a empresa cobrou R$ 98,10 por eles. O Kit 4, para atender aos alunos do 6º ao 9º anos, foi comprado pelo preço de R$ 42,47, e revendido por R$ 119,53 pela Acolari, um aumento de 261,75%.

DEPOIMENTOS DIVERGENTES

Outro ponto ainda não esclarecido para a CPI é a devolução dos mais de 18 mil kits pedagógicos feitos pela Prefeitura Municipal à Acolari. A empresa alegou que o material foi retornado a São Paulo no mesmo dia em que seria entregue em Ipatinga, data de 27 de abril do ano passado.

Porém, as informações dadas por Maurício Maurink, secretário municipal de Educação, foi de que os kits foram devolvidos em 27 de outubro. E que o material restituído teria gerado um crédito de R$ 1,984 milhão do Executivo junto à empresa de vestuário.

"Precisamos dos documentos de logística para comprovar quando realmente foi devolvido esse material. Pelo volume dos materiais devolvidos seria necessário um caminhão muito grande para levar essa carga até São Paulo", justificou o presidente da CPI.

Empresa critica CPI por falta de ampla defesa

SÃO PAULO - Em nota, a Acolari, empresa de vestuário responsável por produzir materiais escolares e pedagógicos aos alunos da rede municipal de Ipatinga (MG), informou que não entregou quatro dos 20 documentos pedidos pela CPI do Kit Escolar.

O motivo apresentado está na dificuldade de encontrar esses quatro documentos, em função das férias coletivas dos empregados. Mas, o restante dos documentos será entregue na próxima segunda-feira (10).

"A Acolari não tem nenhum temor em fornecer os documentos e informações à CPI, uma vez que cumpriu rigorosamente o contrato firmado com a Prefeitura de Ipatinga. Mas a empresa critica o prazo de cindo dias para providenciar a entrega de mais de 20 itens, sendo que um deles solicita todas as notas de fornecedores da empresa emitidas em 2010", justificou a empresa.

Eles alegam ainda que em 9 de dezembro, quando os membros da CPI estiveram na empresa, em Tietê, não deixaram claro o prazo estipulado para a entrega desses documentos. Tanto que enviou ofício à CPI, requisitando um prazo de 30 dias para a entrega dos documentos, que foi negado.

A Acolari também considera ilegal o fato da CPI condicionar o fornecimento das cópias dos processos à entrega dos documentos, uma vez que o direito de ampla defesa é previsto na constituição.

A empresa informa também que o nº de telefone que consta no pé do ofício, enviado à CPI, é antigo. Mas a empresa pode ser contatada pelo telefone (015) 3285-4300.

JORNAL: Diário Popular
Publicação:
Data: 11/01/2011
Caderno:
Pagina:
Registro: 016078
Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA
DATA 18 / 01 / 11

KITS ESCOLARES

CPI NOTIFICA EMPRESÁRIOS

IPATINGA - Após analisar os novos documentos encaminhados pela empresa Acolari, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Kits Escolares vai interrogar os proprietários da empresas Capital Comércio e ALL Comércio. As oitivas foram marcadas para o dia 25 deste mês. Técnicos da CPI se deslocarão nesta terça-feira (11) à capital mineira para notificar os proprietários das empresas do horário e local dos depoimentos.

O presidente da comissão, vereador Sebastião Guedes (PT), adiantou ao DIÁRIO POPULAR que as diligências servirão para averiguar os novos indícios de irregularidades. Ele citou como exemplo o fato de a nota fiscal da ALL Comércio constar a compra de produtos adquiridos de terceiros.

"Nas peças do uniforme, a etiqueta deveria constar o CNPJ da empresa que fabricou o produto. E o que temos nas camisas distribuídas pela Prefeitura Municipal são etiquetas com o nome Lúcia, Maria e outras pessoas diferentes. Acreditamos que nem mesmo a empresa que a Acolari contratou para fornecer os uniformes fabricou uma peça que seja", declarou.

Já a empresa Capital Comércio foi diversas vezes citada pela servidora Ana Maria dos Santos, que era responsável diretamente, na secretaria municipal de Educação, pelo recebimento e distribuição dos materiais comprados da Acolari.

A CPI conseguiu apurar que a mencionada empresa entregou mochila, tênis e vários produtos de vestiário. Porém, não vendeu nenhum produto à Acolari. E entregou tudo ao Executivo sem nota fiscal.

"Nossa ida a Belo Horizonte vai servir para esclarecer alguns pontos que ainda não ficaram entendidos. E vamos ainda solicitar cooperação da Câmara Municipal da capital para nos ceder uma sala para as oitivas", declarou Guedes.

DOCUMENTOS DE TRANSPORTE

A Acolari informou na semana passada, através de nota, que encaminharia na segunda-feira (10) os documentos faltantes que haviam sido solicitados pela CPI. O prazo dado pela comissão só se encerra no próximo dia 21.

Guedes informou que os documentos de transporte são necessários para que a CPI possa traçar toda a logística da entrega e distribuição dos produtos pela Acolari e empresas terceirizadas.

"De posse desses conhecimentos de transporte, vamos confrontar todas as notas fiscais que temos, e verificar as datas de entrega dos materiais, e por quais empresas", pontuou o vereador.

O presidente da CPI disse que os trabalhos da comissão já caminham para a conclusão. E que faltam poucas diligências para a produção do relatório final. Após as oitivas em Belo Horizonte, o prefeito Robson Gomes (PPS) será convocado para depor.

Nadiell Sathler

Documentos analisados pela CPI apontam que empresa terceirizada pela Acolari também contratou terceiros

JORNAL: Diário Popular				Registro:
Publicação:	Data: 14/01/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

016079

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 13 / 01 / 11

KITS ESCOLARES

Mais quatro depoimentos para encerrar Comissão

Auditor fiscal da Receita Estadual vai analisar as notas fiscais dos fornecedores da Acolari e da Prefeitura

João Batista (na cabeceira de mesa), funcionário da Receita Estadual, vai examinar notas fiscais a pedido da CPI

IPATINGA – As investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apura denúncias na aquisição dos kits escolares pela Prefeitura Municipal de Ipatinga da empresa Acolari, se encontram em fase final de execução. Foi o que afirmou o presidente da comissão, Sebastião Guedes (PT) na tarde desta quinta-feira (13), em conversa com o "DP".

Agora restam apenas quatro interrogatórios a serem feitos. A primeira parte das oitivas finais vai ser realizada em Belo Horizonte, no dia 25, em espaço cedido pela Câmara Municipal da capital. Após esses interrogatórios, o prefeito Robson Gomes (PPS) vai ser convidado a depor para a CPI. Contudo, a presença dele é facultativa, conforme declarou Guedes.

A pedido da CPI, o auditor fiscal do Estado, João Batista, foi disponibilizado pela Arrecadação Fazendária em Ipatinga (AF) para analisar a documentação fiscal levantada. O funcionário da Receita Estadual vai verificar a autenticidade das notas fiscais, e se algum fornecedor cometeu sonegação fiscal de ICMS.

Juntamente com técnicos da CPI, o vereador esteve nesta quarta-feira (12), em Belo Horizonte, em diligências para notificar os últimos interrogados. Os depoentes serão Sebastião Lucas de Souza, suposto proprietário da empresa ALL Comércio, o responsável pela Capital Comércio, André Luiz, e a funcionária da empresa de vestuário Sandra Pascoal.

O endereço da ALL Comércio, rua Jane Eyre, bairro Primeiro de Maio, registrado na Arrecadação Fazendária do Estado, só existe no papel. A empresa fornecedora de agendas e mochilas para a Acolari Indústria e Comércio foi considerada 'fantasma' pelos analistas da CPI.

O proprietário Sebastião Lucas adiantou à comissão que emitiu notas fiscais no valor de R$ 1,5 milhão. Mas, que adquiriu o material de terceiros, confirmando as suspeitas dos vereadores.

Já o representante da Capital Comércio, André Luiz, se recusou a assinar a notificação da CPI e afirmou que não vai prestar depoimento. Em conversa informal com o presidente da CPI, o empresário confirmou que entregou vários insumos a pedido da Acolari. E também que fez o transporte das mercadorias sem nota fiscal.

DESENCONTROS

"Chegamos ao local e vimos que não existia nenhuma empresa. Então, fomos até o contador deles no bairro Prado. E ele nos informou que não tem contato com os donos há mais de um ano. E também que a empresa só foi constituída no papel para participar de licitações", comentou.

Guedes contou ainda que esteve em um outro endereço dado pelo contador, no Edifício Maleta, situado na rua da Bahia com a avenida Augusto de Lima. E, novamente, nenhum escritório ou sede foram encontrados.

"No edifício no Centro da capital, conversamos com o síndico e ele afirmou que a empresa nunca teve um escritório no local. Isso comprova as inúmeras informações desencontradas dadas pela Acolari", criticou o vereador.

JORNAL: Diário Popular				Registro: 016081
Publicação:	Data: 27/01/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

CPI DOS KITS ESCOLARES

Acervo CMI

Quem não compareceu à audiência, em Belo Horizonte, pode ter que prestar esclarecimentos em juízo, diz comissão

Câmara Municipal de Ipatinga - Comissão Parlamentar de Inquérito
Fls.
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA
DATA 15 / 02 / 2011
GERÊNCIA DE ATENDIMENTO E TESTEMUNHAS CÂMARA

Depoentes não compareceram ao interrogatório na capital

IPATINGA - Os vereadores integrantes da CPI do Kit Escolar acionaram nesta tarde a Justiça para ouvir três testemunhas que não compareceram à audiência marcada para esta terça-feira (25), em Belo Horizonte.

As ausências não foram justificadas e levaram os parlamentares a solicitar a assessoria jurídica da Comissão a requerer do Poder Judiciário a condução obrigatória das testemunhas.

Duas das testemunhas representam empresas terceirizadas pela Acolari, responsável pelo fornecimento dos materiais escolares à Prefeitura de Ipatinga.

Entre elas, está Sebastião Lucas, representante da empresa LL, que ficou encarregada de produzir os uniformes para os alunos da rede pública de ensino de Ipatinga.

A outra testemunha é André Luis, da Capital Comércio LTDA, empresa que, segundo notas fiscais, produziu mochilas e agendas, além de ter sido responsável pelo transporte de toda mercadoria a Ipatinga. Por fim, Sandra Paschoal, representante da Acolari em Belo Horizonte, responsável por intermediar o contato entre a empresa e a Prefeitura.

CPI do Kit Escolar aciona Justiça para ouvir representantes de empresas envolvidas no processo de vendas

"Hoje acionamos a Justiça para que as testemunhas sejam obrigadas a comparecer à audiência, mesmo que seja na presença da força policial. A ausência deles mostra que estão acuados e que temem esclarecer a verdade à CPI", disse o presidente, vereador Sebastião Guedes (PT).

Segundo a Constituição Federal, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

A lei orgânica de Ipatinga diz ainda que em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde residem as testemunhas. O vice-presidente da CPI é o vereador Adelson Fernandes (PSB) e o relator, Nilson Lucas (PMDB).

JORNAL: Hoje em Dia				Registro: 016082
Publicação:	Data: 03/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA
DATA 15 / 02 / 2011
Ana Paula
Câmara Municipal de Ipatinga
Comissão Parlamentar de Inquérito

Câmara de Ipatinga aguarda testemunha

DA SUCURSAL DO VALE DO AÇO

IPATINGA – O Tribunal de Justiça de Minas Gerais deve determinar hoje a convocação de três testemunhas consideradas cruciais pela CPI do Kit Escolar, em Ipatinga, no Vale do Aço. Os três personagens não compareceram, no final de janeiro, a uma convocação para depor à comissão em Belo Horizonte.

As ausências não foram justificadas e acabaram atrasando a conclusão da CPI e, consequentemente, o depoimento do prefeito Robson Gomes (PPS). O prazo para a finalização das investigações é o dia 28 de fevereiro. A proximidade preocupa os integrantes da comissão.

"Esses são os depoimentos finais e se eles tivessem acontecido já estaríamos encerrando a CPI. Para nós, quem foge é bandido, se eles estão fugindo é porque têm algo a esconder", afirmou Sebastião Guedes, presidente da CPI.

Uma das pessoas que se ausentou foi Sebastião Lucas de Souza, representante da LL Comércio, empresa fantasma que teria ficado responsável em produzir os uniformes para os alunos da rede pública de ensino de Ipatinga. O endereço da ALL Comércio, na rua Jane Eyre, bairro Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, registrado na Arrecadação Fazendária do Estado, só existe no papel. Sebastião Lucas já tinha informado à comissão que emitiu notas fiscais no valor de R$ 1,5 milhão, mas que teria comprado o material de terceiros.

ARQUIVO

Kit escolar apreendido é motivo de investigação

André Luis, da Capital Comércio Ltda., empresa que, conforme as notas fiscais apresentadas pela administração, teria produzido mochilas e agendas, também não compareceu. André seria responsável ainda pelo transporte dos produtos adquiridos.

Já Sandra Paschoal, representante da Acolari em Belo Horizonte, que seria a intermediária entre a empresa e a prefeitura, completa a terceira ausência.

As investigações comprovam as denúncias de fraudes recebidas pela Câmara e apontam para um superfaturamento de mais de 250%. "Fica claro que houve fraude. Prova disso são os depoimentos truncados de alguns depoentes e a ausência de outros", afirma Guedes.

Para se ter noção do rombo aos cofres públicos, os itens do Kit 2 custaram R$ 37,19 à Acolari, mas a prefeitura pagou R$ 126,63 por cada Kit. Já para o Kit 3, destinado aos alunos 4ª a 5ª séries, a Acolari pagou R$ 35,76 e o repassou à prefeitura por R$ 98,10. O Kit 4 foi comprado por de R$ 42,47, e revendido por R$ 119,53.

L: Diário Popular | Registro: 016083
Data: 09/02/2011 | Caderno: | Pagina: | Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 15/02/2011
Ana Paula
GERENTE DE ARQUIVO

CPI CONCLUIU QUE NÃO HOUVE DEVOLUÇÃO DE KITS À ACOLARI

Prefeitura afirmou que produtos avaliados em R$ 1,984 milhão teriam sido remetidos à Acolari por causa de erro no pedido e no contrato

IPATINGA – A 'compensação' feita pela Acolari Indústria e Comércio, no valor de R$ 1.984.321,04, com a Prefeitura Municipal de Ipatinga em virtude de uma suposta devolução de 18.446 kits escolares foi considerada fraudulenta pela CPI. A PMI pretendia devolver os kits comprados a mais "por engano" e, em troca, obter da empresa mais 4 mil uniformes escolares para atender à rede municipal de ensino. No ent. , a operação de compensação – feita através de um aditamento ao contrato com a Acolari - foi feita bem depois da aquisição dos kits escolares, pagos em janeiro e entregues em março. Por sua vez, o aditamento foi realizado em agosto.

O secretário de Educação Maurício Mayrink, quando questionado pela CPI sobre o desperdício de recursos públicos, justificou que o excesso de material foi devolvido. Em seu depoimento, em novembro, disse que assim que assumiu a titularidade da pasta, no mês de julho – até então era chefe de gabinete – percebeu o erro.

Para a CPI, a operação foi simulada. Um dos motivos citados pela CPI está na demora em perceber o excesso de kits. "A simulação do abatimento, feito através do termo de aditamento, foi apenas para consertar a desonestidade feita junto à empresa de vestuário", acredita o vereador Sebastião Guedes, presidente da CPI. Outra contradição está na data em que Mayrink assinou a nota de devolução dos materiais – dia 28 de abril. "Como ele devolveu em abril se disse que só percebeu o excesso em julho?", questionou Guedes.

Madeli Sobler

Relatório da CPI apontou incoerências na devolução de pelo menos três itens do kit pedagógico

CONTRADIÇÕES APONTADAS PELA CPI

. O primeiro indício apontado pela CPI para concluir que não houve a devolução dos kits foi a demora para perceber o erro. Os kits escolares foram pagos em 26 de janeiro de 2010. Conforme depoimento da diretora comercial da empresa, Maria Cristina Blanco, a devolução só aconteceu quatro meses depois do pedido ser feito.

. O termo de aditamento só foi feito após os questionamentos da CPI. As notas fiscais de devolução não tinham o aceite da mercadoria pela empresa de vestuário e nem o recibo de devolução no verso, conforme os documentos enviados pela Prefeitura.

. As agendas escolares constam na nota fiscal da LL Comércio e Representações, no total de 24.400. Como a Administração iria devolver 18.446 agendas – quase a totalidade da compra?

. Outra compra refere-se à remessa de 18 mil cadernos de capa dura, feita pela Miracabo Papelaria e Informática Ltda, no município de Itabiraí, estado do Rio de Janeiro. O repasse desses produtos ao município foi feito como cortesia, segundo depoimentos de funcionários da Acolari. No entanto, os kits foram pagos completos – incluindo os cadernos - em dezembro de 2009, antes mesmo da entrega dos produtos.

FRACIONAMENTO

Parte dos trabalhos de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apura denúncias de irregularidades na aquisição dos kits escolares pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, já foi concluída.

O DIÁRIO POPULAR teve acesso nesta segunda-feira (7) a parte da documentação que questiona a suposta devolução de 18.446 kits escolares, feita em 28 de abril, pela Administração Municipal.

Os kits pedagógicos adquiridos pela Administração Municipal eram compostos de agenda escolar, apontador, borracha, cadernos, cola, lápis, lápis de cor, régua, giz, estojo escolar, squeezes e sacola de TNT. Todo esse material deveria ter sido entregue em conjunto, em março.

Contudo, os depoimentos colhidos pela comissão confirmaram que a entrega dos materiais foi fracionada e vários itens do kit chegaram à Prefeitura isoladamente. Esse é o caso da agenda escolar, dos gizes de cera e dos squeezes.

JORNAL: Classivales				Registro: 016084
Publicação:	Data: 05/02/2011 a 11/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

CPI do Kit Escolar concluirá investigação até o dia 20

O vereador Sebastião Guedes (PT), que preside a CPI do Kit Escolar instaurada para investigar supostas irregularidades na aquisição de kits escolares pela administração municipal, informou que pretende encerrar os trabalhos até o próximo dia 20. Na reta final das oitivas, a Comissão tenta ouvir três testemunhas ligadas ao fornecimento de kits escolares. Elas não compareceram à oitiva marcada para o último dia 25 sem justificar a ausência. A comissão entrou com um pedido de intimação dessas testemunhas na Justiça.

Duas das testemunhas representam empresas terceirizadas pela Acolari, responsável pelo fornecimento dos materiais escolares à Prefeitura de Ipatinga. Entre elas está Sebastião Lucas, representante da empresa LL, que ficou a cargo de produzir os uniformes para os alunos. A outra testemunha é André Luis, da Capital Comércio LTDA, empresa que, segundo notas fiscais, produziu mochilas e agendas, além de ter sido responsável pelo transporte de toda a mercadoria a Ipatinga. A terceira testemunha é Sandra Paschoal, representante da Acolari em Belo Horizonte, responsável por intermediar o contato entre a empresa e a Prefeitura de Ipatinga.

Sebastião Guedes informou que o prefeito Robson Gomes (PPS), que ocupava o cargo interinamente na época da aquisição, será chamado para depor nos próximos dias. "A sua presença é facultativa. Mas os trabalhos já estão adiantados e já reunimos provas de que houve improbidade administrativa. Comprovamos que os kits foram superfaturados, que houve fraude no pregão, que os kits foram pagos com antecedência e ainda não estão todos entregues. Além disso, eles são de baixa qualidade", declarou Guedes. Ainda de acordo com o vereador, após a conclusão do relatório o documento será encaminhado ao Ministério Público.

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 15 / 02 / 2011
GERENTE

O R N A L: Diário Popular				Registro: 016085
ublicação:	Data: 12/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

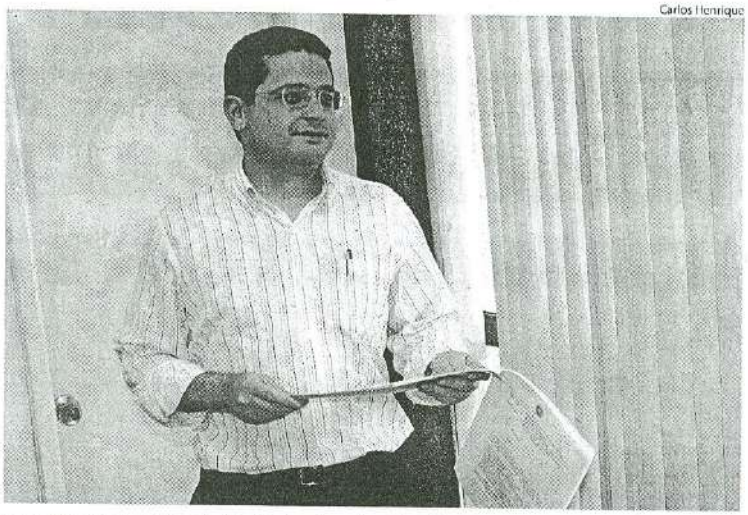
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA
DATA 15 / 02 / 2011
Ana Paula
GERÊNCIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

KIT ESCOLAR E IPATINGAÇO

JUSTIÇA ABSOLVE ROBSON GOMES E PASTORA MÁRCIA

IPATINGA - O juiz da 131ª Zona Eleitoral de Ipatinga, Antônio Augusto Calais de Oliveira, julgou improcedente todos os pedidos feitos nos autos da ação de impugnação de mandato eletivo contra o prefeito Robson Gomes da Silva e a vice-prefeita Márcia Perozini. Na sentença publicada na tarde desta sexta-feira (11), o juiz considerou que não houve irregularidades na aquisição e distribuição dos kits escolares, que não houve irregularidade na realização do Ipatingaço e também entendeu que não ocorreu uso indevido de propaganda institucional em benefícios dos então candidatos a prefeito e vice de Ipatinga.

Carlos Henrique



Para o advogado José Júlio, a decisão foi reiterada e rechaçada pela Justiça

A ação foi interposta pela coligação "A força do Povo", dos candidatos derrotados Maria Cecilia Ferramenta Delfino e Saulo Manoel da Silveira, após a eleição realizada em maio de 2010. Naquela época, o juiz já havia indeferindo todos os pedidos dos opositores de Robson e Márcia, mas a sentença foi anulada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), sob o argumento de que não poderia ter sido proferida a sentença sem a realização de audiência para a oitiva de testemunhas.

Assim, após a anulação da sentença pelo Tribunal Regional Eleitoral, foi determinado o retorno dos autos para a Comarca de Ipatinga. Posteriormente foi realizada pelo juiz eleitoral a audiência e a oitiva das testemunhas, determinada pelo Tribunal. A Justiça Eleitoral de Ipatinga ratificou mais uma vez o seu entendimento no sentido de que não houve irregularidades na compra e distribuição dos kits escolares, na realização do Ipatingaço e muito menos irregularidades na propaganda institucional em favor de Robson Gomes e Márcia Perozini.

A decisão joga por terra qualquer tentativa da oposição de cassar o mandato do atual prefeito e da vice-prefeita de Ipatinga. "Em que pese grupos políticos lançarem sobre a cidade uma instabilidade política, sob o argumento de que o prefeito Robson Gomes em sua administração interina haveria cometido várias irregularidades, vem sendo de forma veemente reiterada e rechaçada pela Justiça. Ou seja, a justiça eleitoral, em diversas decisões, inclusive na sentença proferida na tarde desta sexta-feira, vem afirmando com base em provas documentais e testemunhais que não houve irregularidades cometidas pelo prefeito e pela vice-prefeita de Ipatinga", concluiu José Júlio Costa Neto, advogado do prefeito Robson Gomes e da vice-prefeita Márcia Perozini.

JORNAL: Diário do Aço				Registro:
Publicação:	Data: 12/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado: 016086

Justiça inocenta prefeito e vice

IPATINGA - O juiz da 131ª Zona Eleitoral de Ipatinga, Antônio Augusto Calaes de Oliveira, julgou improcedente os pedidos de impugnação de mandato eletivo contra o prefeito Robson Gomes da Silva e a vice-prefeita Márcia Perozini. Na sentença, publicada na tarde dessa sexta-feira (11), o juiz considerou que não houve irregularidades na aquisição e distribuição dos kits escolares, que não houve irregularidade na realização do Ipatingaço e também entendeu que não ocorreu uso indevido de propaganda institucional em benefício dos então candidatos a prefeito e vice de Ipatinga.

A ação foi interposta pela coligação "A Força do Povo" após a eleição realizada em maio de 2010. Naquela época, o juiz já havia indeferido todos os pedidos dos opositores de Robson e Márcia, mas a sentença foi anulada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sob o argumento de que não poderia ter sido proferida a sentença sem a realização de audiência para a oitiva de testemunhas.

Assim, após a anulação da sentença pelo Tribunal Regional Eleitoral, foi determinado o retorno dos autos à Comarca de Ipatinga. Posteriormente, foram realizadas pelo juiz eleitoral a audiência e a oitiva das testemunhas, determinadas pelo Tribunal. A Justiça Eleitoral de Ipatinga confirmou o entendimento de que não houve irregularidades na compra e distribuição dos kits escolares, na realização do Ipatingaço e irregularidades na propaganda institucional em favor de Robson Gomes e Márcia Perozini.

"Em que pese grupos políticos lançarem sobre a cidade uma instabilidade política, sob o argumento de que o prefeito Robson Gomes em sua administração interina haveriam cometido várias irregularidades, vem sendo, de forma veemente, reiterada e rechaçada pela Justiça. Ou seja, a Justiça Eleitoral, em diversas decisões, vem afirmando com base em provas documentais e testemunhais que não houve irregularidades cometidas pelo prefeito e pela vice-prefeita de Ipatinga", concluiu José Júlio Costa Neto, advogado do prefeito Robson Gomes e da vice-prefeita Márcia Perozini.

Para o advogado José Júlio, a decisão foi reiterada e rechaçada pela Justiça

Câmara Municipal de Ipatinga
Gabinete Parlamentar de Inquérito

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO É CÓPIA DO ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA
DATA 15 / 02 / 2011
GERENTE

016087

Depoimento espontâneo 15/02/2011

Funcionária da Acolari vai depor espontaneamente na CPI de Ipatinga

A funcionária Sandra Pascoal, da Acolari - empresa de vestuário responsável por produzir materiais escolares e pedagógicos aos alunos da rede municipal de Ipatinga (MG)- vai prestar depoimento espontaneamente, apesar de não ter sido pessoalmente intimada, à CPI da Câmara Municipal dessa cidade, nesta quarta-feira (16/2/2011).

Sandra Pascoal, que é representante comercial da Acolari vai ser acompanhada pela advogada da empresa, Dra. Patrícia Cipriano.

A Acolari espera com essa iniciativa demonstrar boa vontade aos membros da CPI da Câmara e comprovar o interesse da empresa em colaborar para a definitiva solução do problema.

Informa ainda que todo o fornecimento dos kits escolares à Prefeitura de Ipatinga foi conduzido na melhor e mais correta forma da lei.

Informações para a imprensa:
Silvana Orzini
Cel: 11 9906 5129
silvana@casadanoticia.com.br

casa da notícia

Casa da Notícia Comunicação
55 (11) 5536.9086
www.casadanoticia.com.br

Comunicação gerando conhecimento

JORNAL: Diário Popular				Registro:
Publicação:	Data: 16/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

016088

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 17 / 02 / 2011
GERENC... CÂMARA ... IPATINGA

Câmara Municipal de Ipatinga - Assessoria Parlamentar - Fls.

EDUCAÇÃO

CPI DOS KITS ESCOLARES ENCERRA TRABALHOS NA PRÓXIMA SEMANA

Para Comissão, já há documentação suficiente para acusar membros do Governo e empresas envolvidas

IPATINGA – Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de superfaturamento na aquisição dos kits escolares pela Prefeitura Municipal de Ipatinga se encerram na próxima semana.

Agendas, apontadores, borrachas, cadernos, colas e demais itens escolares custaram ao município mais de três vezes o valor de mercado, levantando a suspeita de crime de improbidade administrativa (quando há o enriquecimento ilícito de agentes públicos).

Ao fim das investigações, todos os servidores da Prefeitura e das empresas envolvidos no processo da compra dos materiais serão acusados pela CPI. "Nós já avaliamos mais de 2 mil documentos, o que comprova o envolvimento de diversos servidores da Prefeitura e funcionários das empresas envolvidas. Assim que concluirmos nossa investigação, enviaremos toda essa documentação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado", disse o vereador.

Nadiel Sabler

Sebastião Guedes disse que o relatório final vai ser apresentado no dia 25

DEPOIMENTOS

Falta ainda colher o depoimento de Sandra Pascoal, funcionária da empresa Acolari. Segundo levantamentos da comissão, ela foi a principal articuladora do contrato entre a empresa de vestuário e a Administração, sendo inclusive a responsável por contratar as empresas para a confecção dos produtos para a Prefeitura.

Segundo o presidente da CPI, Sebastião Guedes (PT), ela não compareceu ao depoimento marcado para o dia 25 do mês passado, em Belo Horizonte. O empresário Sebastião Lucas, representante da empresa LL Comércio, e André Luís, da Capital Comércio LTDA, também não compareceram às oitivas. Porém, o depoimento deles não vai ser mais necessário à comissão.

"Já temos material suficiente para indiciar Sebastião Lucas e André Luís por fraude em licitação, tanto em Santa Luzia como em Ipatinga. Identificamos, em nossas diligências na capital, que uma dessas empresas é fantasma", justificou Guedes.

A CPI enviou ofício ao Executivo pedindo a presença do prefeito Robson Gomes para prestar depoimento no próximo dia 25

PREFEITO

Entre as convocações, está a do prefeito Robson Gomes (PPS). A comissão pretende ouvi-lo no dia 25 de fevereiro, data em que a CPI encerra os trabalhos com apresentação do relatório final. O Ofício nº238/11 foi enviado ao Executivo nesta segunda-feira (14), solicitando o comparecimento do prefeito.

Funcionária da Acolari vai depor espontaneamente, afirma empresa

IPATINGA - A funcionária Sandra Pascoal, da Acolari - empresa de vestuário responsável por produzir materiais escolares e pedagógicos aos alunos da rede municipal de Ipatinga (MG) - vai prestar depoimento espontaneamente, apesar de não ter sido pessoalmente intimada, nesta quarta-feira (16). A informação é da empresa.

Sandra Pascoal, que é representante comercial da Acolari, vai ser acompanhada pela advogada Patrícia Cipriano.

"A Acolari espera com essa iniciativa demonstrar boa vontade aos membros da CPI da Câmara e comprovar o interesse da empresa em colaborar para a definitiva solução do problema", declarou, em nota.

A empresa alegou ainda que todo o fornecimento dos kits escolares à Prefeitura de Ipatinga foi conduzido na melhor e mais correta forma da lei.

JORNAL: Vale do Aço				Registro: 016089
Publicação:	Data: 16/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

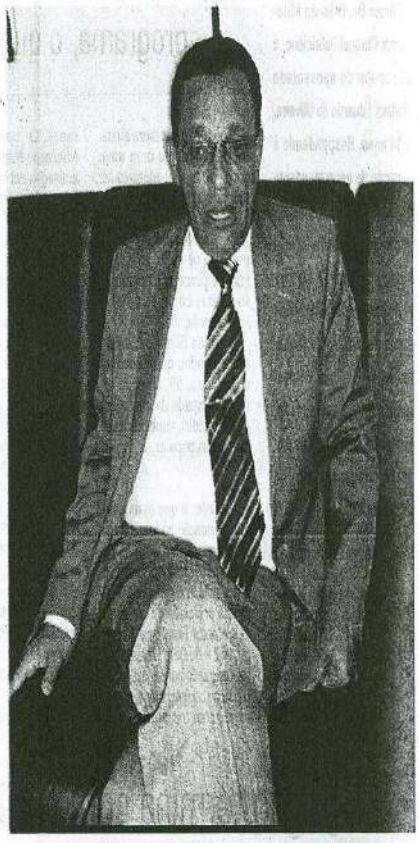
AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 17 / 02 / 2011
GERENTE

INVESTIGAÇÃO NA CÂMARA

Robson Gomes será o último a ser ouvido na CPI do Kit Escolar

Nesta quarta-feira, Comissão irá ouvir outras duas testemunhas envolvidas na compra dos materiais

VIVIAN BORGES



"PRETENDEMOS ENCERRAR o relatório no dia 25 de fevereiro, no mesmo dia em que marcamos para ouvir o prefeito Robson Gomes", disse Guedes

IPATINGA - A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga supostas fraudes no processo de compra, recebimento e distribuição de Kits Escolares em Ipatinga irá ouvir outras duas testemunhas a partir das 14h desta quarta-feira (16), a fim de concluir o relatório que será entregue ao Ministério Público no dia 25 de fevereiro. Antes de encerrar os trabalhos, a CPI também pretende ouvir o prefeito Robson Gomes (PPS), que terá cinco dias para confirmar sua presença, após recebimento de ofício de convocação, enviado nesta segunda-feira (14).

"Nesta quarta-feira iremos ouvir a funcionária da Acolari Sandra Paschoal e Moacir Martins Junior, servidor do almoxarifado da prefeitura. A Sandra é representante da Acolari em Belo Horizonte, e foi responsável por articular todo o processo de compra entre a PMI e as empresas fornecedoras dos materiais. Já o Moacir foi quem assinou o recebimento de mil pares de tênis em dezembro, na prefeitura. Se a Acolari disse que já tinha enviado todo o material, por que estes objetos foram entregues no final do ano?", questionou Sebastião Guedes.

Já o prefeito Robson Gomes deverá ser ouvido no mesmo dia em que a Comissão irá encerrar os trabalhos e apresentar o relatório ao Ministério Público. "Se o prefeito confirmar presença na oitiva, devemos concluir os trabalhos na tarde do dia 25. Logo após o depoimento dele, iremos entregar o relatório ao MP. Caso o prefeito não compareça, o mais importante já conseguimos fazer, que é comprovar o superfaturamento na aquisição dos kits, o pagamento antecipado dos materiais, a má qualidade dos produtos adquiridos e a falta de entrega dos kits em tempo hábil nas escolas", declarou o vereador presidente da CPI.

Ainda segundo Guedes, no relatório consta uma série de documentos que comprovariam o envolvimento de diversos servidores da PMI e funcionários das empresas envolvidas. "Assim que concluirmos nossa investigação, enviaremos toda essa documentação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, que deverão tomar as providências cabíveis", disse o presidente da CPI.

NOTA

Em nota encaminhada à imprensa, por meio da assessoria Casa da Notícia, a Acolari, empresa de vestuário responsável por produzir materiais escolares e pedagógicos aos alunos da rede municipal de Ipatinga, argumentou que sua funcionária Sandra Pascoal "vai prestar depoimento espontaneamente à CPI da Câmara, apesar de não ter sido pessoalmente intimada".

Sandra Pascoal, que é representante comercial da Acolari, vai ser acompanhada pela advogada da empresa, Patrícia Cipriano.

A Acolari acrescenta que "espera com essa iniciativa demonstrar boa vontade aos membros da CPI da Câmara e comprovar o interesse da empresa em colaborar para a definitiva solução do problema". Argumenta ainda que "todo o fornecimento dos kits escolares à Prefeitura de Ipatinga foi conduzido na melhor e mais correta forma da lei".

JORNAL: Diário Popular

Publicação:	Data:	Caderno:	Pagina:	Catalogado:	Registro:
	17/02/2011				016090

AUTENTICAÇÃO ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA DATA 17/02/2011

KITS ESCOLARES

Testemunhos de funcionários são divergentes, afirma CPI

Depoimento de empregada da Acolari contraria versão dada por diretora da empresa à comissão em dezembro de 2010

Nadieli Sathler

Sandra Pascoal, funcionária da Acolari, disse que se sentiu acuada durante depoimento à CPI

IPATINGA – O tão esperado depoimento da funcionária da Acolari Indústria e Comércio, Sandra Pascoal, não foi satisfatório para o presidente da CPI, Sebastião Guedes (PT), e nem acrescentou mais informações para as investigações.

Sandra foi apontada pela direção da empresa de vestuário como a responsável pela gestão do contrato com a Prefeitura Municipal de Ipatinga na aquisição dos kits escolares para os alunos da rede municipal de ensino.

Contudo, as respostas dadas pela funcionária foram evasivas. Ela se limitou a dizer que veio a Ipatinga apenas para pegar as medições das roupas dos kits de uniformes e que ensinou as diretoras das escolas como procederem durante a medição.

Para as perguntas feitas por Guedes de como o material, tanto do kit pedagógico como de uniformes, foi entregue em Ipatinga, ela declarou que não competia à sua função a parte operacional, que incluiria a logística de entrega.

"Não posso inventar resposta para lhe causar contentamento. Estou sendo desrespeitada, e me sinto acuada", disse Sandra ao presidente da CPI. Ela ainda afirmou que a Acolari possui em Tietê, estado de São Paulo, uma fábrica com costureiras, maquinários e infraestrutura para fabricar uniformes.

A versão dada por ele contraria o que foi apurado em diligências em dezembro do ano passado, quando outra diretora da empresa de vestuário informou à CPI que a Acolari não possui sede e nem mesmo fábrica.

"Novamente houve omissão da verdade durante os depoimentos. Mas com os documentos que possuímos temos como provar que houve fraude em licitação, superfaturamento, e muitos outros crimes. O dinheiro público foi para o ralo. Esperamos que na Justiça não haja mais mentiras", desabafou Guedes.

ENTREGA DE TÊNIS

O outro depoimento colhido pela CPI na tarde de ontem foi o de Moacir, funcionário da Administração Municipal. Ele recebeu, em 3 de novembro, 10.578 pares de tênis da empresa Acolari, que foram guardados em um depósito do Ginásio do Sete de Outubro.

Para Guedes, o testemunho dele vem novamente comprovar que houve entrega fracionada dos materiais adquiridos pela Administração Municipal.

JORNAL: Vale do Aço				Registro: 016091
Publicação:	Data: 17/02/2011	Caderno:	Pagina:	Catalogado:

AUTENTICAÇÃO
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTA CÂMARA.
DATA 17 / 02 / 2011
GERENTE DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS
CMI

Câmara Municipal de Ipatinga
Consultoria Parlamentar do Legislativo

MOACIAR MARTINS, funcionário da PMI, confirmou o recebimento de 529 caixas contendo 10.578 pares de tênis em novembro

EM TOM EXALTADO, o representante da Acolari de BH, Sandra Paschoal, disse ter se sentido ocioso

CPI DOS KITS ESCOLARES

Empresas contratadas não são localizadas

Membros da CPI dizem ter encontrado portas fechadas ao tentar visitar fornecedoras de materiais. Funcionária da Acolari admite que parte dos uniformes foi terceirizada ou "quarteirizada"

IPATINGA - De acordo com o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades na aquisição de kits escolares pela prefeitura, Sebastião Guedes (PT), nenhuma empresa existente no contrato firmado para a fabricação dos materiais foi encontrada nos endereços existentes nos documentos. Ele assegurou que durante visita dos membros da CPI às fornecedoras dos kits, todas estavam de portas fechadas.

Em visita à Acolari, empresa que firmou contrato com a Prefeitura de Ipatinga, nos deparamos com galpões da Geraldo J. Coan & Lida, grupo que presta serviços no ramo de vestuário e alimentício para diversas prefeituras. Em outros depoimentos, a diretora comercial da empresa, Maria Cristina Blanco, já havia nos confirmado que a Acolari Indústria e Comércio não fabrica nada, apenas terceiriza os serviços", declarou Guedes.

A empresa Geraldo J. Coan e Lida já foi acusada pelo Ministério Público de São Paulo de cometer crimes contra a administração pública, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. No final do ano passado, o parlamentar já havia criticado o fato de o telefone apresentado no ofício encaminhado pela Acolari ser falso, uma vez que, ao tentar contato com a empresa, o número fornecido em notas caía em um estabelecimento chamado Jacaré Pneus.

Contudo, a representante da Acolari de BH, Sandra Paschoal, que compareceu à audiência desta quarta (16), afirmou que a empresa funciona e que possui maquinário próprio. Ao ser questionada pelo presidente da CPI a respeito de informações que estariam desencontradas, ela disse: "Estou me sentindo acuada. Só posso responder o que sei e não o que vai agradar aos membros da CPI. A Acolari é uma empresa que respeito e tenho orgulho em trabalhar. Sei repetitiva, pois não tenho todas as informações que vocês querem. A fábrica existe em Tietê-SP, mas acho que parte dos uniformes foram terceirizados e até mesmo quarteirizados", declarou Sandra, em tom bastante exaltado.

O endereço informado pela Acolari em BH seria uma sala na Rua da Bahia, Centro. Uma foto mostrada durante a oitiva na Câmara de Ipatinga mostrou o local com as portas fechadas. Segundo informações apuradas pela CPI, a empresa já não funcionava no local há um ano.

Ainda segundo Sandra, ela participou dos trabalhos de medição fornecendo treinamento aos representantes das escolas municipais de Ipatinga. "Estive na cidade em janeiro de 2010. Mas, antes disso, enviamos amostras dos produtos e confirmos a qualidade dos uniformes confeccionados", garantiu.

Na visão de Sebastião Guedes, "a nossa maior dificuldade é que os fiscalizadores sempre transferem a responsabilidade para outras pessoas". Mas ele alega que já dispõe de "farta documentação que comprova todas as irregularidades". Quanto aos endereços das empresas terceirizadas pela Acolari, a comissão também não conseguiu identificar nenhuma filiais.

COMPRA E ENTREGA

Durante a audiência desta quarta, a CPI também ouviu o gerente da Secretaria de Ensino Não Formal da Prefeitura de Ipatinga, Sinvecir Martins Junior. Em seu depoimento, ele apenas confirmou o recebimento de 529 caixas contendo 10.578 pares de tênis. Apesar de não estar datada de 20 de julho do ano passado, a entrega dos produtos só ocorreu no dia 3 de novembro de 2010. Ele ainda afirmou que depois de ter depositado o material em uma sala do Centro Esportivo e Cultural 7 de Outubro, no Veneza II, ele não viu e nem mexeu novamente com os produtos.